TUDO

COORDENADORES
WANDER GARCIA
ANA PAULA GARCIA
RENAN FLUMIAN



PARA CONCURSOS DE

TRE ANALISTA E TÉCNICO

TEORIA SELECIONADA

855 PÁGINAS DE RESUMOS

350 Páginas Impressas
505 Páginas On-line
Teoria altamente especializada
Conteúdo atualizado
Diagramação diferenciada
para facilitar a leitura



QUESTÕES COMENTADAS

1.617 QUESTÕES COMENTADAS

1.617 Questões comentadas

Comentários alternativa por alternativa

Questões altamente classificadas

Provas de concursos de TRE de todo o país

Gabarito ao final de cada questão, facilitando o manuseio









Você está recebendo, **GRATUITAMENTE**, um fragmento da obra da **Editora Foco**, para dar início aos seus estudos.

Este conteúdo não deve ser divulgado, pois tem direitos reservados à editora, constituindo-se uma cortesia a título de motivação aos seus estudos.

Faz-se necessário evidenciar que tal fragmento não representa a totalidade de uma obra ou disciplina.

A obra, na sua totalidade, poderá ser adquirida no site da Editora Foco:

www.editorafoco.com.br

Bons estudos! Editora Foco



2018 © Editora Foco

Coordenadores: Wander Garcia, Ana Paula Dompieri Garcia e Renan Flumian

Autores: Ana Paula Garcia, André Nader Justo, Ariane Wady, Arthur Trigueiros, Bruna Vieira, Eduardo Dompieri, Enildo Garcia, Felippe Monteiro, Fernando Leal Neto, Flávia Barros, Georgia Dias, Helder Satin, Henrique Subi, Ivo Tomita, Licínia Rossi, Luiz Dellore, Magali Dato, Márcio Rodrigues, Renan Gomes De Pieri, Renato Montans, Robinson Barreirinhas, Savio Chalita, Teresa Melo,

Tiago Queiroz, Tony Chalita, Wander Garcia

Diretor Acadêmico: Leonardo Pereira Editor: Roberta Densa Assistente Editorial: Paula Morishita Revisora Sênior: Georgia Renata Dias Revisora: Luciana Pimenta

Capa Criação: Leonardo Hermano Diagramação: Ladislau Lima

Impressão miolo e capa: GRÁFICA META SOLUTIONS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

T735

Tudo em um para concursos do TRE: analista e técnico / Ana Paula Garcia ... [et al.] ; organizado por Wander Garcia, Ana Paula Garcia, Renan Flumian. – 2. ed. - Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2018.

608 p.; 21cm x 28cm.

Inclui índice.

ISBN: 978-85-8242-308-0

1. Metodologia de estudo. 2. Concursos Públicos. 3. Tribunal Regional Eleitoral - TRE. I. Garcia, Ana Paula. II. Justo, André Nader. III. Wady, Ariane. IV. Trigueiros, Arthur. V. Vieira, Bruna. VI. Dompieri, Eduardo. VII. Garcia, Enildo. VIII. Monteiro, Felippe. IX. Leal Neto, Fernando. X. Barros, Flavia. XI. Dia, Georgia. XII. Satin, Helder. XIII. Subi, Henrique. XIV. Tomita, Ivo. XV. Rossi, Licínia. XVI. Dellore, Luiz. XVII. Dato, Magaly. XVIII. Pereira, Marcio. XIX. Montans, Renato. XX. Pieri, Renan Gomes de. XXI. Barreirinhas, Robinson. XXII. Chalita, Savio. XXIII. Melo, Teresa. XXIV. Queiroz, Tiago. XXV. Chalita, Tony. XXVI. Garcia, Wander. XXVII. Flumian, Renan. XXVIII. Título.

2018-1122 CDD 001.4 CDU 001.8

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949 Índices para Catálogo Sistemático:

1. Metodologia de estudo 001.4 2. Metodologia de estudo 001.8

DIREITOS AUTORAIS: É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora FOCO, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8°, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

NOTAS DA EDITORA:

Atualizações e erratas: A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura.

Bônus ou Capítulo On-line: Excepcionalmente, algumas obras da editora trazem conteúdo no on-line, que é parte integrante do livro, cujo acesso será disponibilizado durante a vigência da edicão da obra.

Erratas: A Editora se compromete a disponibilizar no site www.editorafoco.com.br, na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@ editorafoco.com.br. O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (08.2018) - Data de Fechamento (08.2018)



2018

Todos os direitos reservados à Editora Foco Jurídico Ltda. Al. Júpiter 542 – American Park Distrito Industrial CEP 13347-653 – Indaiatuba – SP E-mail: contato@editorafoco.com.br www.editorafoco.com.br

Acesse JÁ os conteúdos ON-LINE



SHORT VIDEOS

Vídeos de curta duração com dicas de DISCIPLINAS SELECIONADAS

Acesse o link:

www.editorafoco.com.br/short-videos





ATUALIZAÇÃO em PDF e VÍDEO para complementar seus estudos*

Acesse o link:

www.editorafoco.com.br/atualizacao



CAPÍTULOS ON-LINE

Acesse o link:

www.editorafoco.com.br/atualizacao

^{*} As atualizações em PDF e Vídeo serão disponibilizadas sempre que houver necessidade, em caso de nova lei ou decisão jurisprudencial relevante, durante o ano da edição do livro.

^{*} Acesso disponível durante a vigência desta edição.

COORDENADORES E AUTORES

SOBRE OS COORDENADORES

Wander Garcia – @wander_garcia

Doutor e Mestre em Direito pela PUC/SP. Professor e coordenador do IEDI. Procurador do Município de São Paulo

Ana Paula Garcia

Pós-graduada em Direito. Procuradora do Estado de São Paulo. Autora de diversos livros para Concurso e OAB.

Renan Flumian - @renanflumian

Professor e Coordenador Acadêmico do IEDI. Mestre em Filosofia do Direito pela *Universidad de Alicante*, cursou a *Session Annuelle D'enseignement* do *Institut International des Droits de L'Homme*, a Escola de Governo da USP e a Escola de Formação da Sociedade Brasileira de Direito Público. Autor e coordenador de diversas obras de preparação para Concursos Públicos e o Exame de Ordem. Advogado. (Twitter: @RenanFlumian)

SOBRE OS AUTORES

Ana Paula Garcia

Pós-graduada em Direito. Autora de diversos livros para concurso e OAB. Procuradora do Estado de São Paulo.

André Nader Justo

Economista formado pela UNICAMP.

Ariane Wady

Especialista em Direito Processual Civil (PUC-SP). Graduada em Direito pela PUC-SP (2000). Professora de pós-graduação e curso preparatório para concursos — PROORDEM — UNITÁ Educacional e Professora/Tutora de Direito Administrativo e Constitucional — Rede LFG e IOB. Advogada.

Arthur Trigueiros

Pós-graduado em Direito. Procurador do Estado de São Paulo. Professor da Rede LFG e do IEDI. Autor de diversas obras de preparação para Concursos Públicos e Exame de Ordem.

Bruna Vieira

Pós-graduada em Direito. Professora do IEDI, PROORDEM, LEGALE, ROBORTELLA e ÊXITO. Professora de Pós-graduação em Instituições de Ensino Superior. Palestrante. Autora de diversas obras de preparação para Concursos Públicos e Exame de Ordem, por diversas editoras. Advogada.

Eduardo Dompieri

Pós-graduado em Direito. Professor do IEDI. Autor de diversas obras de preparação para Concursos Públicos e Exame de Ordem.

Enildo Garcia

Especialista em Matemática pura e aplicada (UFSJ). Professor tutor de Pós-graduação em Matemática (UFJS – UAB). Analista de sistemas (PUCRJ).

Felippe Monteiro

Advogado. Professor do IEDI e de cursos preparatórios. Mestre em Direito por *Harvard Law School*. Mestre em Gestão e Políticas Públicas pela Fundação Getúlio Vargas.

Fernando Leal Neto - @fclneto

Advogado. Mestrando em Segurança Pública, Justiça e Cidadania pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador de Extensão da Faculdade Baiana de Direito e Gestão (Salvador - BA).

Flávia Barros

Procuradora do Município de São Paulo. Doutora em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP. Especialista em Direito Administrativo pela PUC-SP/COGEAE. Especialista em Direitos Difusos e Coletivos pela ESMPSP. Coach de Alta Performance pela FEBRACIS. Practioneer e Master em Programação Neurolinguística - PNL. Analista de Perfil Comportamental - DISC Assessment. Professora de Direito Administrativo

Georgia Dias

Especialista em Direito Penal pela Faculdade de Direito Professor Damásio de Jesus. Autora e organizadora de diversas obras publicadas pela Editora Foco. Advogada.

Helder Satin

Graduado em Ciências da Computação, com MBA em Gestão de TI. Professor do IEDI. Professor de Cursos de Pós-graduação. Desenvolvedor de sistemas Web e gerente de projetos.

Henrique Subi – (@henriquesubi)

Agente da Fiscalização Financeira do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Mestrando em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Especialista em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas e em Direito Tributário pela UNISUL. Professor de cursos preparatórios para concursos desde 2006. Coautor de mais de 20 obras voltadas para concursos, todas pela Editora Foco.

Ivo Tomita

Especialista em Direito Tributário pela PUC/SP – Cogeae. Autor e organizador de obras publicadas pela Editora FOCO. Advogado.

Licínia Rossi – (@liciniarossi)

Mestre em Direito Constitucional pela PUC/SP. Especialista em Direito Constitucional pela Escola Superior de Direito Constitucional. Professora exclusiva de Direito Administrativo e Constitucional na Rede Luiz Flávio Gomes de Ensino. Professora de Direito na UNICAMP. Advogada.

Luiz Dellore

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela USP. Mestre em Direito Constitucional pela PUC/SP. Professor do Mackenzie, EPD, IEDI, IOB/Marcato e outras instituições. Advogado concursado da Caixa Econômica Federal. Exassessor de Ministro do STJ. Membro da Comissão de Processo Civil da OAB/SP, do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Processual), do IPDP (Instituto Panamericano de Derecho Procesal) e diretor do CEAPRO (Centro de Estudos Avançados de Processo). Colunista do portal jota.info. Facebook e LinkedIn: Luiz Dellore

Magali Dato

Professora de Língua Portuguesa. Agente de Fiscalização do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Márcio Rodrigues

Advogado. Mestre pela UFBA. Professor assistente da Universidade Federal do Ceará – UFC, foi professor de Processo Penal da UCSAL-BA da Faculdade 2 de Julho – BA, do IEDI e da Rede LFG. Ex-professor do curso Juspodivm. Autor e Coautor de livros pela Editora Foco e outras Editoras.

Renan Gomes De Pieri

É doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e Pós Doutor em Economia pelo Insper. É especialista em avaliação de políticas públicas e projetos sociais. Trabalhou como consultor em projetos do Banco Mundial e diversas instituições públicas e privadas. Atualmente leciona em cursos do Insper, FGV e Unifesp.

Renato Montans

Advogado. Mestre e Especialista em Direito Processual Civil pela PUC-SP. Professor da Rede LFG. Coordenador do curso de Pósgraduação em Direito Processual Civil Moderno da Universidade Anhanguera-Uniderp/Rede LFG. (Twitter: @RenatoMontans)

Robinson Barreirinhas

Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos da Prefeitura de São Paulo. Professor do IEDI. Procurador do Município de São Paulo. Autor e coautor de mais de 20 obras de preparação para concursos e OAB. Ex-Assessor de Ministro do STJ.

Savio Chalita

Advogado. Mestre em Direitos Sociais, Difusos e Coletivos. Professor do CPJUR (Centro Preparatório Jurídico), Autor de obras para Exame de Ordem e Concursos Públicos. Professor Universitário. Editor do blog www.comopassarnaoab.com.

Teresa Melo

Procuradora Federal. Assessora de Ministro do STJ. Professora do IEDI.

Tiago Queiroz

Pós-graduado em Direito. Diretor de Cartório Judicial.

Tony Chalita

Advogado. Mestrando em Direito. Professor Assistente PUC/SP. Autor da Editora Foco.

Wander Garcia - (@wander_garcia)

Doutor e Mestre em Direito pela PUC/SP. Professor e coordenador do IEDI. Procurador do Município de São Paulo.

Como Usar o Livro

Para que você consiga um ótimo aproveitamento deste livro, atente para as seguintes orientações:

- 1º Tenha em mãos um *vade mecum* ou **um computador** no qual você possa acessar os textos de lei citados.
- 2º Se você estiver estudando a teoria (fazendo um curso preparatório ou lendo resumos, livros ou apostilas), faça as questões correspondentes deste livro na medida em que for avançando no estudo da parte teórica.
- 3º Se você já avançou bem no estudo da teoria, leia cada capítulo deste livro até o final, e só passe para o novo capítulo quando acabar o anterior; vai mais uma dica: alterne capítulos de acordo com suas preferências; leia um capítulo de uma disciplina que você gosta e, depois, de uma que você não gosta ou não sabe muito, e assim sucessivamente.
- 4º Iniciada a resolução das questões, tome o cuidado de ler cada uma delas **sem olhar para o gabarito e para os comentários**; se a curiosidade for muito grande e você não conseguir controlar os olhos, tampe os comentários e os gabaritos com uma régua ou um papel; na primeira tentativa, é fundamental que resolva a questão sozinho; só assim você vai identificar suas deficiências e "pegar o jeito" de resolver as questões; marque com um lápis a resposta que entender correta, e só depois olhe o gabarito e os comentários.
- 5º **Leia com muita atenção o enunciado das questões**. Ele deve ser lido, no mínimo, duas vezes. Da segunda leitura em diante, começam a aparecer os detalhes, os pontos que não percebemos na primeira leitura.
- 6º **Grife as palavras-chave, as afirmações e a pergunta formulada.** Ao grifar as palavras importantes e as afirmações você fixará mais os pontos-chave e não se perderá no enunciado como um todo. Tenha atenção especial com as palavras "correto", "incorreto", "certo", "errado", "prescindível" e "imprescindível".
- 7º Leia os comentários e **leia também cada dispositivo legal** neles mencionados; não tenha preguiça; abra o *Vade Mecum* e leia os textos de leis citados, tanto os que explicam as alternativas corretas, como os que explicam o porquê de ser incorreta dada alternativa; você tem que conhecer bem a letra da lei, já que mais de 90% das respostas estão nela; mesmo que você já tenha entendido determinada questão, reforce sua memória e leia o texto legal indicado nos comentários.
- 8º Leia também os **textos legais que estão em volta** do dispositivo; por exemplo, se aparecer, em Direito Penal, uma questão cujo comentário remeta ao dispositivo que trata da falsidade ideológica, aproveite para ler também os dispositivos que tratam dos outros crimes de falsidade; outro exemplo: se aparecer uma questão, em Direito Constitucional, que trate da composição do Conselho Nacional de Justiça, leia também as outras regras que regulamentam esse conselho.
- 9º Depois de resolver sozinho a questão e de ler cada comentário, você deve fazer uma **anotação ao lado da questão**, deixando claro o motivo de eventual erro que você tenha cometido; conheça os motivos mais comuns de erros na resolução das questões:
- DL "desconhecimento da lei"; quando a questão puder ser resolvida apenas com o conhecimento do texto de lei;
- DD "desconhecimento da doutrina"; quando a questão só puder ser resolvida com o conhecimento da doutrina;
- DJ "desconhecimento da jurisprudência"; quando a questão só puder ser resolvida com o conhecimento da jurisprudência;
- FA "falta de atenção"; quando você tiver errado a questão por não ter lido com cuidado o enunciado e as alternativas;
- NUT "não uso das técnicas"; quando você tiver se esquecido de usar as técnicas de resolução de questões objetivas, tais como as da **repetição de elementos** ("quanto mais elementos repetidos existirem, maior a chance de a alternativa ser correta"), das **afirmações generalizantes** ("afirmações generalizantes tendem a ser incorretas" reconhece-se afirmações generalizantes pelas palavras *sempre*, *nunca*, *qualquer*, *absolutamente*, *apenas*, *só*, *somente exclusivamente* etc.), dos **conceitos compridos** ("os conceitos de maior extensão tendem a ser corretos"), entre outras.

10° Confie no **bom-senso**. Normalmente, a resposta correta é a que tem mais a ver com o bom-senso e com a ética. Não ache que todas as perguntas contêm uma pegadinha. Se aparecer um instituto que você não conhece, repare bem no seu nome e tente imaginar o seu significado.

11º Faça um levantamento do **percentual de acertos de cada disciplina** e dos **principais motivos que levaram aos erros cometidos**; de posse da primeira informação, verifique quais disciplinas merecem um reforço no estudo; e de posse da segunda informação, fique atento aos erros que você mais comete, para que eles não se repitam.

12º Uma semana antes da prova, faça uma **leitura dinâmica** de todas as anotações que você fez e leia de novo os dispositivos legais (e seu entorno) das questões em que você marcar "DL", ou seja, desconhecimento da lei.

13º Para que você consiga ler o livro inteiro, faça um bom **planejamento**. Por exemplo, se você tiver 90 dias para ler a obra, divida o número de páginas do livro pelo número de dias que você tem, e cumpra, diariamente, o número de páginas necessárias para chegar até o fim. Se tiver sono ou preguiça, levante um pouco, beba água, masque chiclete ou leia em voz alta por algum tempo.

14º Desejo a você, também, muita **energia**, **disposição**, **foco**, **organização**, **disciplina**, **perseverança**, **amor** e **ética**!

Wander Garcia

APRESENTAÇÃO

A experiência diz que aquele que quer ser aprovado em concursos de ponta precisa Entender a Teoria e Treinar Muito.

A presente obra traz solução completa nesse sentido.

Na primeira parte do livro você vai Entender a Teoria a partir de uma Super-Revisão com 608 páginas impressas e 570 páginas on-line de resumos altamente sistematizados e atualizados com legislação e jurisprudência do momento.

Na segunda parte da obra você vai Treinar muito, resolvendo mais de 2.200 questões comentadas, alternativa por alternativa, inclusive com a indicação de dispositivos legais e de decisões judiciais a serem compreendidos sempre que necessários.

O livro traz a revisão e o treinamento de praticamente todas as disciplinas que caem no concurso do TRE, e você ganha acesso a um BÔNUS na internet com outras disciplinas e questões comentadas.

Mesmo sendo uma obra de revisão, num volume apenas, buscou-se a todo tempo apresentar o conteúdo mais forte possível, com legislação atualizada e altíssima sistematização, tornando o livro um material com excelentes conteúdo e qualidade.

A obra nasceu da experiência prática dos Coordenadores da Coleção, que, por muitos anos como Professor ou Coordenador dos maiores Cursos Preparatórios do País, perceberam que os examinandos, com a aproximação das prova de concursos (em qualquer das fases: objetiva, discursiva ou oral), precisavam de um material que pudesse condensar as principais informações para o exame, em texto sistematizado e passível de ser lido em sua completude em tempo hábil para uma sólida preparação.

É por isso que podemos dizer que, agora, você tem em suas mãos a Revisão e o Treinamento dos Sonhos para fazer o concurso do TRE. Revisão e treinamento esses que certamente serão decisivos para a sua Aprovação!

Wander Garcia, Ana Paula Dompieri Garcia e Renan Flumian

Coordenadores

Sumário

	DOUTHINA	
(COORDENADORES E AUTORES	V
(COMO USAR O LIVRO	VII
I	APRESENTAÇÃO	IX
Í	1. LÍNGUA PORTUGUESA	3
PA	ARTE I – INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	3
1.	INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS E CONCURSOS PÚBLICOS	3
2.	POSTURA INTERPRETATIVA	4
3.	TIPOS DE TEXTO	5
4.	INSTRUMENTOS DE INTERPRETAÇÃO	10
5.	FIGURAS DE LINGUAGEM	14
6.	DICAS FINAIS DE INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	19
PA	ARTE II – GRAMÁTICA	20
1.	FONÉTICA	20
2.	ORTOGRAFIA	21
3.	PONTUAÇÃO	28
4.	MORFOLOGIA	32
5.	COLOCAÇÃO PRONOMINAL	46
6.	CONCORDÂNCIA	47
7.	REGÊNCIA	53
8.	ANÁLISE SINTÁTICA	55
2	2. INFORMÁTICA	71
1.	HARDWARE	71
2.	SISTEMAS OPERACIONAIS	72
3.	BANCOS DE DADOS	77
4.	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	79
5.	REDES DE COMPUTADORES	80
6.	INTERNET	82
7.	OFFICE	87
3	3. MATEMÁTICA BÁSICA	99
1.	INTRODUÇÃO	
2.		
3.		
	FRAÇÕES E NÚMEROS DECIMAIS	
5.	REGRA DE TRÊS E PORCENTAGENS	104

	POTENCIAÇÃO E RADICIAÇÃO	
7.	SEQUÊNCIAS, PROGRESSÕES ARITMÉTICAS E GEOMÉTRICAS	
8.	EQUAÇÕES E INEQUAÇÕES	
	FUNÇÕES EXPONENCIAIS E LOGARÍTMICAS	
_		111
4	. DIREITO ELEITORAL	111
1.	CONCEITO	
2.	OBJETO E FONTE	
3.	COMPETÊNCIA LEGISLATIVA	
4.	PRINCÍPIOS DO DIREITO ELEITORAL	
5.	JUSTIÇA ELEITORAL	
6.	DOS PARTIDOS POLÍTICOS	
7.	DIREITOS POLÍTICOS, CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE, CONVENÇÃO PARTIDÁRIA E PEDIDO DE REGISTRO DE CANDIDATURA	
8.	PROPAGANDA ELEITORAL	
9.	SISTEMAS ELEITORAIS	
	CRIMES ELEITORAIS E O PROCESSO PENAL NOS CRIMES ELEITORAIS	
	AÇÕES E RECURSOS ELEITORAIS	
12.	PRINCIPAIS DISPOSIÇÕES DA LEI 6.091/1974	140
5	. DIREITO CONSTITUCIONAL	143
1.	INTRODUÇÃO	
2.		
3.	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	
4.	3	
5.	CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES	
6.	FENÔMENOS QUE OCORREM COM A ENTRADA EM VIGOR DE UMA NOVA CONSTITUIÇÃO	
7.	EFICÁCIA JURÍDICA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL	152
8.	PODER CONSTITUINTE	154
9.	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS – ASPECTOS GERAIS	156
10.	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	182
11.	ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	188
	ORGANIZAÇÃO DOS PODERES	
13.	FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	213
	ESTADOS DE EXCEÇÃO	
15.	ORDEM ECONÔMICA	219
16.	ORDEM SOCIAL	221
	SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	
	DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS	
19.	REFLEXOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	227
6	. DIREITO ADMINISTRATIVO	229
1.	REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	229
2.	PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO	231
3.	PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	238
4.	ATOS ADMINISTRATIVOS	242
5.	ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	255
6	AGENTES PÚBLICOS	267

		SUMÁRIO	XIII
7.	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		288
8.	BENS PÚBLICOS		294
9.	INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ORDEM ECONÔMICA E NO DIREITO DE PROPRIEDADE		298
10.	RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO		308
11.	LICITAÇÃO PÚBLICA		315
12.	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS		337
13.	SERVIÇO PÚBLICO		342
14.	CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO		344
0	UESTÕES COMENTADAS		
1.	. LÍNGUA PORTUGUESA		353
1.	INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS.		353
2.	VERBO		355
3.	PONTUAÇÃO		358
4.	REDAÇÃO, COESÃO E COERÊNCIA		361
5.	CONCORDÂNCIA		362
6.	CONJUNÇÃO		364
7.	PRONOMES		365
8.	CRASE		366
9.	SEMÂNTICA		367
10.	VOZES VERBAIS		369
11.	REGÊNCIAS VERBAL E NOMINAL		371
12.	ORAÇÃO SUBORDINADA		372
13.	ACENTUAÇÃO GRÁFICA		372
14.	ORTOGRAFIA		373
15.	TEMAS COMBINADOS E OUTROS TEMAS		373
2.	. INFORMÁTICA		375
1.	HARDWARE		375
2.	OFFICE		377
3.	BR OFFICE		380
4.	INTERNET		383
	WINDOWS		
6.	OUTRAS QUESTÕES DE INFORMÁTICA		395
3.	. MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO		397
1.	RACIOCÍNIO LÓGICO		397
2.	MATEMÁTICA BÁSICA		401
4.	. DIREITO ELEITORAL		407
1.	FONTES E PRINCÍPIOS DE DIREITO ELEITORAL		407
2.	DIREITOS POLÍTICOS, ELEGIBILIDADE E ALISTAMENTO ELEITORAL		408
3.	COMPETÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL		412
4.	MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL		420
5.	ALISTAMENTO ELEITORAL		421
6.	INELEGIBILIDADE		425
7.	PARTIDOS POLÍTICOS E REGISTRO DE CANDIDATURAS		428

8.	ELEIÇÕES	437
	SISTEMA ELETRÔNICO DE VOTAÇÃO	
	PROCESSO ELEITORAL	
11.	. CRIMES ELEITORAIS E PROCESSO PENAL ELEITORAL	463
12.	. TRANSPORTE DE ELEITORES	466
13.	. COMBINADAS	467
5	5. LEI 8.112/1990 (REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS FEDERAIS)	475
1.	PROVIMENTO, VACÂNCIA, REMOÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO	475
2.	DIREITOS E VANTAGENS	482
3.	REGIME DISCIPLINAR	486
4.	PROCESSO DISCIPLINAR	490
5.	TEMAS COMBINADOS	492
6	5. LEI 8.666/1993 (LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS)	495
1.	LICITAÇÃO	495
2.	CONTRATOS	502
3.	PREGÃO	506
4.	QUESTÕES COMBINADAS	507
7	7. DIREITO ADMINISTRATIVO	509
1.	REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO E PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO	509
2.	PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	513
3.	DEVERES DOS AGENTES PÚBLICOS	515
4.	ATO ADMINISTRATIVO	515
5.	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	522
6.	AGENTES PÚBLICOS	527
7.	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (LEI 8.429/1992)	533
8.	BENS PÚBLICOS	538
9.	RESPONSABILIDADE DO ESTADO	538
10.	. SERVIÇOS PÚBLICOS	543
	. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO	
12.	PROCESSO ADMINISTRATIVO (LEI 9.784/1999)	545
13.	OUTROS TEMAS	551
8	B. DIREITO CONSTITUCIONAL	555
1.	TEORIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO, NORMAS CONSTITUCIONAIS E PODER CONSTITUINTE	555
2.	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	
3.	NACIONALIDADE, DIREITOS POLÍTICOS E PARTIDOS POLÍTICOS	
4.	ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	
5.	3	
6.	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	
7.		
	TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO	
9.	ORDEM ECONÔMICA E ORDEM SOCIAL	587
10	OLIESTÕES COMBINADAS	588

SUMÁRIO ON-LINE

	DOUTRINA	
Ī	1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3
1.	PROCESSO ORGANIZACIONAL	
2.	COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL	10
3.	GESTÃO DE PESSOAS	12
4.	GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	15
5.	BALANCED SCORECARD ("BSC")	16
2	2. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	19
1.	INTRODUÇÃO	19
2.	LEIS ORÇAMENTÁRIAS: PPA, LDO, LOA	20
3.	RECEITAS	32
4.	DESPESAS	37
5.	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	47
6.	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	50
7.		
	PRECATÓRIOS	
	FISCALIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL	
). TRANSPARÊNCIA	
11	I. ESTRUTURA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF	61
3	3. LEI 8.112/1990 REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS FEDERAIS	63
	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	
2.	PROVIMENTO, VACÂNCIA, REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO	63
3.		
4.		
5.		
6.		
	DISPOSIÇÕES GERAIS	
	DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS	92
	4. LEI 8.666/1993 (LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS)	93
	LICITAÇÃO PÚBLICA	
2.	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	113
Ę	5. DIREITO PENAL	119
P#	ARTE GERAL	119
1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O DIREITO PENAL	119
2.	DIREITO PENAL E SUA CLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS	123
3.	FONTES DO DIREITO PENAL	125
4.	INTERPRETAÇÃO DO DIREITO PENAL	126
5.	APLICAÇÃO DA LEI PENAL	127

6. TEORIA GERAL DO CRIME

7.	DAS PENAS	143
8.	CONCURSO DE CRIMES	150
9.	SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA (SURSIS)	152
10.	LIVRAMENTO CONDICIONAL	153
11.	EFEITOS DA CONDENAÇÃO E REABILITAÇÃO	154
12.	MEDIDAS DE SEGURANÇA	155
13.	PUNIBILIDADE E SUAS CAUSAS EXTINTIVAS	156
PA	RTE ESPECIAL	160
1.	CLASSIFICAÇÃO DOUTRINÁRIA DOS CRIMES. INTRODUÇÃO À PARTE ESPECIAL DO CP	160
2.	CRIMES CONTRA A VIDA	16 ⁻
3.	LESÃO CORPORAL	168
4.	CRIMES DE PERIGO INDIVIDUAL	172
5.	CRIMES CONTRA A HONRA	177
6.	CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL	182
7.	CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	187
8.	CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	200
9.	CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	203
10.	CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	205
11.	CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	207
LE	GISLAÇÃO PENAL ESPECIAL	211
1.	CRIMES HEDIONDOS (LEI 8.072/1990)	21 ⁻
2.	LEI DE TORTURA (LEI 9.455/1997)	215
3.	LEI DE DROGAS (LEI 11.343/2006)	215
4.	ESTATUTO DO DESARMAMENTO (LEI 10.826/2003)	219
5.	CRIMES DE TRÂNSITO – LEI 9.503/1997 – PRINCIPAIS ASPECTOS	22 ⁻
6.	ABUSO DE AUTORIDADE – LEI 4.898/1965	229
7.	CRIMES CONTRA O CONSUMIDOR – LEI 8.078/1990	235
8.	CRIMES FALIMENTARES – LEI 11.101/2005	24 ⁻
9.	CRIMES AMBIENTAIS – LEI 9.605/1998	245
6	. DIREITO PROCESSUAL PENAL	255
1.	LINHAS INTRODUTÓRIAS	255
2.	FONTES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL	255
3.	INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL	256
4.	LEI PROCESSUAL NO ESPAÇO, NO TEMPO E EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS	257
5.	SISTEMAS (OU TIPOS) PROCESSUAIS PENAIS	259
6.	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E PROCESSUAIS PENAIS	259
	INQUÉRITO POLICIAL (IP)	
	AÇÃO PENAL	
	AÇÃO CIVIL EX DELICTO	
	JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA	
11.	QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES	30 ⁻
12.	PROVA	300
	SUJEITOS PROCESSUAIS	
	PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA (DE ACORDO COM A LEI 12.403/2011)	325
15	CITAÇÕES E INTIMAÇÕES	3/19

		SUMÁRIO ON-LINE	XVII
16.	SENTENÇA PENAL		345
17.	PROCEDIMENTOS PENAIS		348
18.	NULIDADES		357
19.	RECURSOS		359
20.	AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO		374
21.	EXECUÇÃO PENAL		379
22.	LEIS ESPECIAIS		401
7	. DIREITO PROCESSUAL CIVIL (NOVO CPC)		407
IN	TRODUÇÃO: SISTEMA PROCESSUAL À LUZ DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI 13.105/2015, J	JÁ COM ALTERAÇÕES)	407
1.	TEORIA GERAL DO PROCESSO CIVIL (PARTE GERAL DO NCPC)		407
2.	PROCESSO DE CONHECIMENTO		440
3.	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS (TÍTULO III DO LIVRO I DA PARTE ESPECIAL DO NCPC)		459
4.	PROCESSO DE EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA		468
	RECURSOS E PROCESSOS NOS TRIBUNAIS		
6.	REVOGAÇÕES E VIGÊNCIA		503
7.	VISÃO GERAL DO PROCESSO COLETIVO		504
(QUESTÕES COMENTADAS	_	
1	. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		509
1.	PRINCÍPIOS E TEORIAS		509
2.	ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS		511
3.	RECURSOS HUMANOS		512
4.	GESTÃO E LIDERANÇA		513
5.	FERRAMENTAS E TÉCNICAS DE GESTÃO		516
6.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL		518
7.	OUTROS TEMAS E MATÉRIAS COMBINADAS		519
2	. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA		523
1.	PRINCÍPIOS E NORMAS GERAIS		523
2.	LOA, LDO E PPA		524
3.	RECEITAS E DESPESAS		524
4.	CRÉDITOS ADICIONAIS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		526
5.	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL		527
6.	OUTRAS MATÉRIAS		528
3	B. DIREITO PENAL		529
1.	PARTE GERAL		529
4	. DIREITO PROCESSUAL PENAL		541
	FONTES, PRINCÍPIOS GERAIS, EFICÁCIA DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO E NO ESPAÇO E INTERPRETAÇÃO		
	INQUÉRITO POLICIAL E OUTRAS FORMAS DE INVESTIGAÇÃO		
	AÇÃO PENAL E AÇÃO CIVIL <i>EX DELICTO</i>		
4.	JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA; CONEXÃO E CONTINÊNCIA		
5.	QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES		
6.	PROVA		546

XVIII TUDO EM UM TRE – 2ª EDIÇÃO

7.	PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA	547
8.	SUJEITOS PROCESSUAIS, CITAÇÃO, INTIMAÇÃO E PRAZOS	548
9.	PROCESSO E PROCEDIMENTOS; SENTENÇA E COISA JULGADA	549
10.	NULIDADES	550
11.	RECURSOS	550
12.	. HABEAS CORPUS E REVISÃO CRIMINAL	551
13.	. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE E TEMAS COMBINADOS	552
5	5. DIREITO PROCESSUAL CIVIL	555
1.	PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL	555
2.	JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA	555
3.	PARTES, PROCURADORES, MINISTÉRIO PÚBLICO E JUIZ	555
4.	PRAZOS E ATOS PROCESSUAIS	556
5.	LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	556
6.	FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.	556
7.	TUTELA PROVISÓRIA	556
8.	PROCESSO DE CONHECIMENTO	557
9.	SENTENÇA, COISA JULGADA E AÇÃO RESCISÓRIA	557
10.	. TEORIA GERAL DOS RECURSOS	558
11.	RECURSOS EM ESPÉCIE	558
12.	. EXECUÇÃO	559
13.	. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E IMPUGNAÇÃO	560
14.	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE	560
15.	. TEMAS COMBINADOS	562

DOUTRINA

1. LÍNGUA PORTUGUESA

Henrique Subi

PARTE I INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

1. INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS E CONCURSOS PÚBLICOS

1.1. Por que estudar interpretação de textos?

O candidato a qualquer concurso público, hoje em dia, deve preparar-se para responder um grande número de questões de diversas disciplinas. Há provas que chegam a cobrar 14 ou 15 delas, nas mais diferentes áreas do conhecimento. Não é difícil reparar, porém, que uma delas é comum a praticamente todos eles: a **Língua Portuguesa**.

Conhecê-la bem, portanto, é fundamental para o sucesso no certame, principalmente considerando a grande quantidade de questões que normalmente lhe são atribuídas. E aqui se encontra um fato que muitos candidatos subestimam: as perguntas relacionam-se, em grande parte, à interpretação de textos.

Vejo muitos alunos que dedicam todo seu tempo de estudos da linguagem às regras gramaticais, deixando de lado os textos. Trata-se de estratégia equivocada, porque em média 50% das questões elaboradas pelas bancas examinadoras versam sobre leitura e interpretação. Em alguns concursos, o candidato é desafiado a enfrentar 3 ou 4 textos de características bastante diferentes e o número de perguntas que exigem uma perfeita compreensão do que foi lido sobe ainda mais (e ainda há várias outras disciplinas para responder!).

Assim, respondemos à pergunta que inaugura esse capítulo: porque a interpretação de textos é uma habilidade que é testada em todos os concursos públicos, sendo peça-chave da aprovação.

Em parte, a razão do equívoco na preparação nasce do próprio mercado de livros e apostilas voltados para concursos públicos, que não oferece ao candidato material destinado à interpretação de textos. Esse problema fica resolvido com a publicação desse livro que você tem em mãos agora. De outro lado, pode-se também atribuir parcela da culpa aos próprios candidatos, os quais divido em dois grupos: aqueles que *acham* que não precisam estudar interpretação de textos e aqueles que *acreditam que não é possível* estudar interpretação de textos.

Se você está lendo essas linhas, provavelmente encaixa-se no segundo grupo. Os membros do primeiro grupo normalmente pensam que dominam completamente a Língua Portuguesa e, autopromovendo-se a esse patamar superior, pularam essa parte do livro.

1.2. É possível aprender interpretação de textos?

Como membro do segundo grupo, é hora de deixar de lado sua antiga convicção e perceber que é, sim, possível aprender a interpretar textos!

Quem nunca ouviu alguém dizer que "interpretação de textos ou você sabe, ou você não sabe", ou ainda que "não adianta correr atrás do prejuízo agora, você deveria ter lido mais desde criança", ou, pior, que "não tem como estudar interpretação, a saída é ler muito até o dia da prova para treinar a ler mais rápido e perder menos tempo com as questões"? Nada disso é verdade.

Como qualquer outra, interpretar corretamente um texto é uma **habilidade** que pode ser *aprimorada através da prática*. Costumo dizer que é como andar de bicicleta: ao subir nela pela primeira vez, você tenta se equilibrar instintivamente enquanto pedala. Fatalmente levará alguns tombos, mas a prática o levará ao sucesso.

Com a interpretação acontece o mesmo processo. Muitos pensam que ler é um ato meramente **instintivo**, atitude que leva a alguns "tombos" (ou erros) na compreensão daquilo que foi dito. Na verdade, também aqui a prática é essencial para que se extraia o verdadeiro sentido das palavras.

Por isso que alguns insistem em dizer que só é hábil na interpretação quem está acostumado a ler muito, o que dá a entender que, se esse não é o seu caso, estará fadado ao fracasso nessa habilidade. Não podemos negar que, realmente, ler diferentes tipos de textos ainda é o melhor caminho para praticar a interpretação e que todos os dias, meses ou anos de vida dedicados à leitura certamente farão diferença nessa aptidão. Mas não é menos verdade que, como em tudo na vida, nunca é tarde para começar!

Principalmente porque existem **instrumentos de inter- pretação** que irão acelerar bastante esse processo de aprendizagem. Afinal, o candidato a uma vaga em concursos públicos
dispõe de pouco tempo para se preparar, fato que não se pode
perder de vista em nenhum momento. A proposta, então, é
apresentar esses instrumentos para que você possa utilizá-los
na hora da prova, facilitando a procura pela resposta correta.

É bom que se diga antes de tudo, para evitar grandes expectativas (que sempre vêm acompanhadas de grandes decepções), que tudo que vamos ensinar você já sabe. E nessa hora você pensou: "Muito obrigado pela informação! Posso ir direto para a Parte II, então, aprender alguma coisa sobre gramática?". Não, fique comigo. Deixe-me explicar melhor.

Desde o momento em que aprendemos a ler, quando crianças, temos em nosso intelecto todo o necessário para entender aquilo que estamos lendo. Obviamente, para textos mais complexos, exige-se o conhecimento de **fatos**, **regras**

ou **conceitos** que serão adquiridos apenas ao longo da vida. Conforme esses dados vão se acumulando em nossa memória, nós os usamos conforme são requeridos e assim podemos absorver cada vez mais quantidade de informações ao ler um texto.

Entretanto, esse caminho é percorrido, muitas vezes, sem qualquer preocupação com a **organização das ideias**, ou seja, nossa habilidade de leitura se baseia unicamente no **instinto** de decifrar os sinais que compõem a linguagem usando como "dicionário" para traduzir os termos tudo aquilo que aprendemos no decorrer de nossa trajetória pessoal e/ou profissional.

É por isso que digo que somos todos leitores e intérpretes instintivos. Todos sabemos ler e interpretar um texto, mas essa tarefa é usualmente realizada de forma mecânica pelo nosso cérebro, que usa os instrumentos de interpretação instintivamente (seja buscando um fato em nossa memória, comparando situações semelhantes ou dando maior ou menor relevância à informação de acordo com a imagem que temos daquele que a transmite).

Memorização, comparação e análise são exemplos de instrumentos de interpretação. Note que, mesmo sem saber seus nomes, você os usa nas leituras do dia a dia. Eis a razão de termos dito antes que não existe nada **novo** para ensinar. O que podemos fazer é mostrar quais são as ferramentas que seu cérebro possui para interpretar um texto e indicar a melhor forma de usá-las.

Pense em uma caixa de ferramentas desarrumada. Se você precisar da chave de fenda, deverá vasculhar e remexer em toda a caixa até encontrá-la, tornando o trabalho demorado e difícil. Se nosso cérebro é a caixa e as ferramentas são as habilidades de leitura, **estudar interpretação de textos** nada mais é do que organizar nossa caixa de ferramentas, tornando mais fácil identificar e acessar o instrumento necessário para cumprirmos com êxito a tarefa de interpretar o texto apresentado.

2. POSTURA INTERPRETATIVA

2.1. Conceito de interpretação

Mas, afinal, o que significa interpretar?

Em sua definição mais conhecida, **interpretar** significa *extrair o sentido*. Observe bem (e aqui já começamos a interpretar): o uso do verbo **extrair**, por sua vez, indica que o **sentido** daquilo que está sendo interpretado não está sempre claro, direto. Na maioria das vezes, é preciso investigar, perscrutar as intenções do autor, analisar a escolha dos termos utilizados, entre outras técnicas, para identificar seu objetivo final.

Uma forma fácil de perceber o resultado do trabalho de interpretação ocorre na música. Lembro-me da primeira vez que ouvi a canção "Sozinho", de Peninha, cantada pelo próprio autor e de como passei a gostar muito mais da música depois de escutá-la na voz de Caetano Veloso, que a tornou famosa. Peninha, o autor, fez um excelente trabalho ao reunir letra e melodia, mas o **intérprete** Caetano Veloso transmite ao cantá-la muito mais do que a técnica musical. Ele vai além, passando aos ouvintes a verdadeira emoção da história que a canção relata.

A função do intérprete de um texto é a mesma daquele que interpreta a canção. Em uma primeira leitura, absorve-

mos somente aquilo que é superficial na mensagem transmitida pelo autor, o significado puro das palavras. Ao adotarmos uma **postura interpretativa**, passamos a questionar e aprofundar nosso raciocínio em busca da mensagem central do texto, aquilo que seu autor queria realmente explorar.

Vejamos outro exemplo. Responda para si mesmo: é mais fácil interpretar um texto jornalístico ou uma poesia de Camões?

Sem dúvidas, é mais fácil interpretar a notícia do jornal. Por quê? Porque o texto jornalístico tem como característica marcante a **objetividade**, a intenção de informar sobre fatos concretos. Já a poesia, por sua vez, trabalha com **figuras de linguagem** e palavras mais rebuscadas para manter a métrica e a rima com o intuito de expressar **sentimentos** do escritor.

O que não pode acontecer é cairmos na armadilha de que o texto "fácil", objetivo e claro, dispensa interpretação. Não. Devemos nos habituar a ler um texto pretendendo dele extrair seu verdadeiro sentido, qualquer que seja sua modalidade. Haverá interpretações mais fáceis ou mais difíceis, mas o exercício intelectual deve sempre estar presente.

2.2. Objeto da interpretação

Toda espécie de linguagem pode ser interpretada, não apenas a manifestação escrita da língua.

Chamamos de **linguagem** toda e qualquer *forma de comunicação capaz de transmitir uma mensagem entre dois interlocutores*. Nesse conceito amplo, a linguagem pode se apresentar de diferentes formas: linguagem oral, linguagem escrita, linguagem de sinais etc.. Em qualquer dessas instâncias, o *interlocutor deve estar apto a compreender a mensagem que o outro deseja transmitir-lhe*, considerando todas as circunstâncias: em uma conversa, o tom de voz, o uso de gírias, o grau de atenção do interlocutor ao falar influenciam a percepção do destinatário; em um texto escrito, o uso de palavras difíceis, o momento histórico, o veículo de publicação também devem ser levados em conta; na linguagem de sinais, o conhecimento prévio do código utilizado e a velocidade de realização dos sinais permitem maior ou menor compreensão entre emissor e receptor da mensagem.

Tente lembrar-se de uma conversa importante que você teve com um amigo, sua(seu) namorada(o), seus pais ou seus filhos. Além das palavras, observamos também os movimentos do corpo, a direção do olhar, a distância que existe entre as pessoas. Quantas vezes dizemos alguma coisa com certa intenção e o outro lado a recebe de outro jeito, ficando chateado ou irritado sem que pretendêssemos esse resultado? É a famosa frase: "não é o que você disse, mas a forma como você disse". Estamos sempre interpretando.

A linguagem também se manifesta através de **textos**, que podem ser definidos como a estrutura linguística capaz de transmitir uma mensagem dotada de sentido conforme a intenção de seu criador. Os textos podem ser **verbais**, quando são compostos por palavras (livros, tabelas); **não verbais**, quando compostos por imagens, sons ou outras espécies de sinais (música, dança, expressão corporal); e **mistos**, quando compostos tanto por palavras quanto por outros elementos (charges, gráficos). Os textos verbais e mistos, por sua vez, subdividem-se em **textos escritos** e **textos orais**.

Texto I - Texto verbal

"O ser humano fala aproximadamente entre 3000 e 6000 línguas. Não existem dados precisos. As línguas naturais são os exemplos mais marcantes que temos de linguagem. No entanto, ela também pode se basear na observação visual e auditiva, ao invés de estímulos. Como exemplos de outros tipos de linguagem, temos as línguas de sinais e a linguagem escrita. Os códigos e os outros tipos de sistemas de comunicação construídos artificialmente, tais como aqueles usados para programação de computadores, também podem ser chamadas de linguagens. A linguagem, nesse sentido, é um sistema de sinais para codificação e decodificação de informações. A palavra portuguesa deriva do francês antigo langage. Quando usado como um conceito geral, a palavra 'linguagem' refere-se a uma faculdade cognitiva que permite aos seres humanos aprender e usar sistemas de comunicação complexos."

(Fonte: www.pt.wikipedia.org/wiki/Linguagem)

Texto II - Texto não verbal



A conversação, Arnold Lakhovsky (1935)

Texto III - Texto misto



(Fonte: http://economia.uol.com.br/cotacoes/cambio/dolar-comercial-estados-unidos-principal.jhtm)

Na seara dos concursos públicos, interessam-nos apenas os **textos verbais e mistos escritos**, cuja interpretação é objeto de questionamento nas provas. Sendo assim, sobre eles que se baseará todo o alicerce dos **instrumentos de interpretação** que vamos conhecer e os exemplos dados para consolidar o aprendizado.

2.3. Leitura passiva x Leitura ativa

O primeiro passo a dar para evoluir na interpretação de textos é mudar nossa forma de leitura das mensagens que nos são apresentadas a todo momento. Usualmente, adotamos uma **leitura passiva**, despreocupada e superficial, que se contenta com a simples **interpretação literal** das palavras contidas no texto sem atentar para o que se encontra encoberto por elas.

Essa conduta funciona bem para o dia a dia, quando lemos para relaxar ou quando estamos diante de anúncios publicitários, por exemplo. Não se admite, por outro lado, a mesma situação daquele que se prepara para concursos públicos, principalmente durante a prova. Nessa fase, temos de buscar ir além do que foi dito, investigando o que o autor quis dizer.

Essa nova abordagem é chamada de **leitura ativa** ou **leitura crítica**, na qual o leitor do texto passa de simples receptor da mensagem para **intérprete** das intenções do autor, querendo conhecer as motivações e objetivos ocultos detrás das palavras ou imagens.

O **leitor ativo** não se contenta somente com a primeira leitura. Ele *lê uma vez mais* na procura de nuances que lhe tenham passado despercebidas, ou para efetivamente compreender determinado trecho; quando possível, *visita o dicionário* para traduzir os termos que não conhece; ao terminar uma frase ou parágrafo, ele *se pergunta* por que o autor assim se expressou. O leitor crítico é um leitor ávido, que percebe cada detalhe e investiga a razão dele estar ali.

3. TIPOS DE TEXTO

3.1. Os diferentes objetivos de um texto

Dependendo do que estamos buscando com nossa comunicação, podemos adotar diversas **formas** de nos expressar. Cada uma é composta de características próprias que facilitam a transmissão da mensagem para o interlocutor.

Enquanto textos publicitários pretendem convencernos a adquirir determinado produto ou serviço, textos jornalísticos buscam informar sobre a ocorrência de um fato e a literatura quer apenas contar histórias. Certamente, ao pensar em casos concretos que ilustrem cada um desses exemplos, você já conseguiu visualizar as diferenças existentes entre eles.

A classificação dos tipos de texto não é uniforme entre os estudiosos da Língua Portuguesa, afinal não há classificação correta ou incorreta (mudam somente os critérios escolhidos para classificar). Há, não obstante, tópicos que aparecem com mais frequência do que outros, razão pela qual podemos construir a lista abaixo como os **tipos de texto majoritariamente reconhecidos**:

QUESTÕES COMENTADAS

1. LÍNGUA PORTUGUESA

Magally Dato e Henrique Subi*

1. INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS.

Texto CG3A1BBB

- 1 Competência é uma palavra polissêmica. Uma das razões da variabilidade de seu significado é a diversidade dos contextos e dos campos de conhecimento em que ela é usada.
- 4 Em 1986, o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa apresentou o seguinte verbete para os usos correntes à época: Competência (do latim competentia) s. f. 1. Faculdade
- 7 concedida por lei para um funcionário, juiz ou tribunal para apreciar e julgar certos pleitos ou questões. 2. Qualidade de quem é capaz de apreciar e resolver certo
- 10 assunto, fazer determinada coisa; capacidade, habilidade, aptidão, idoneidade. 3. Oposição, conflito, luta.
- 13 Os dois primeiros sentidos, transpostos para o mundo do trabalho, indicam que a palavra competência refere-se ou às atribuições do cargo ou à capacidade do trabalhador
- 16 de apreciar, resolver ou fazer alguma coisa. Posteriormente, o **Dicionário Houaiss** atribuiu dez significados ao termo. Os sete primeiros são especificações ou
- 19 derivações dos três sentidos já registrados no Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Os outros três sentidos são relacionados à gramática, à hidrografia, à linguística, à
- 22 medicina e à psicologia.
 - Acompanhando essa tendência, a área educacional, em especial a da educação profissional, tem multiplicado os
- 25 sentidos e usos da palavra competência. Por exemplo, ao se discutir uma proposta educacional baseada em competências, é importante especificar o conceito de competência adotado e
- 28 a forma como ele é utilizado para se discutir o modelo pedagógico decorrente.
- J. A. Külller e N. de F. Rodrigo. Metodologia de desenvolvimento de competências. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2014, p. 39 (com adaptações).

(Técnico Judiciário – TRE/PE – CESPE – 2017) Segundo o texto CG3A1BBB,

- (A) o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa e o Dicionário Houaiss exaurem os sentidos atualmente em uso atribuídos à palavra competência.
- (B) apenas quatro registros dos usos e das variações da palavra competência não constam do Dicionário Houaiss.
- (c) novos sentidos foram-se incorporando à palavra competência em função de seu uso em diversas áreas do conhecimento.
- (D) as acepções da palavra competência na esfera trabalhista resumem-se ao potencial de um operário realizar certa atividade para a qual seja designado.
- (E) a polissemia da palavra competência decorre da sua etimologia latina

A: incorreta. O autor discute exatamente outros sentidos ao termo "competência" adotados atualmente que não foram incorporados aos dicionários; B: incorreta. O texto estabelece uma crescente gama de significados para a palavra, mas não indica quantos com precisão; C: correta. Esta é a ideia central do texto, exposta já no primeiro parágrafo; D: incorreta. Também se relaciona com o trabalho o sentido que indica as atribuições do cargo exercido pelo trabalhador; E: incorreta. Segundo o primeiro parágrafo do texto, decorre de seu uso em áreas diferentes do conhecimento.

"O" ofinedso

Henrique Subi comentou as questões dos concursos de Escrevente Técnico – TJSP – 2015 – VUNESP, TRT/3ª – 2015 – FCC, TRT/2ª – 2014 – FCC, Analista – TRT/16ª – 2014 – FCC, e dos concursos de 2016 e 2017. Magally Dato comentou as demais questões. (Técnico Judiciário – TRE/SP – FCC – 2017) Atenção: Para responder às questões abaixo, considere o texto abaixo.

Centro de Memória Eleitoral - CEMEL

O Centro de Memória Eleitoral do TRE-SP foi criado em agosto de 1999 e tem por objetivo a execução de ações que possibilitem cultivar e difundir a memória político-eleitoral como instrumento eficaz do aprofundamento e alargamento da consciência de cidadania, em prol do aperfeicoamento do regime democrático brasileiro.

Seu acervo reúne títulos eleitorais desde a época do Império, urnas de votação (de madeira, de lona e eletrônicas), quadros, fotografias e material audiovisual, entre outros itens.

A realização de exposições temáticas, o lançamento de livros, a realização de palestras, além de visitas escolares monitoradas na sede do tribunal e o desenvolvimento de um projeto de história oral, são algumas das iniciativas do CEMEL.

(Disponível em: www.tre-sp.jus.br)

(Técnico Judiciário – TRE/SP – FCC – 2017) Da leitura do texto, compreende--se que

- (A) a preservação da memória político-eleitoral consiste em resgatar o regime imperialista.
- (B) o acervo do CEMEL preserva um material tão antigo que antecede a época do Império.
- (C) a consciência de cidadania é condição necessária para a consolidação da democracia.
- (D) o estudo da história é garantia do estabelecimento de um governo pautado pela cidadania.
- (E) a meta do CEMEL é assegurar o arquivamento sigiloso da documentação da justiça eleitoral.

A: incorreta. O período imperial é mencionado apenas como ilustração do acervo do museu; **B:** incorreta. Isso não se pode depreender do texto, porque ele menciona como exemplo historicamente mais antigo documento da época do Império; **C:** correta. Essa é a ideia central do primeiro parágrafo do texto; **D:** incorreta. Isso não se pode depreender do texto, que tem caráter fortemente informativo, sem qualquer opinião pessoal do autor; **E:** incorreta. Ao contrário, a ideia é tornar pública toda a história eleitoral brasileira.

"O" ofineded

Atenção: Para responder às questões abaixo, considere o texto abaixo.

As crianças de hoje estão crescendo numa nova realidade, na qual estão conectadas mais a máquinas e menos a pessoas, de uma maneira que jamais aconteceu na história da humanidade. A nova safra de nativos do mundo digital pode ser muito hábil nos teclados, mas encontra dificuldades quando se trata de interpretar comportamentos alheios frente a frente, em tempo real.

Um estudante universitário observa a solidão e o isolamento que acompanham uma vida reclusa ao mundo virtual de atualizações de status e "postagens de fotos do meu jantar". Ele lembra que seus colegas estão perdendo a habilidade de manter uma conversa, sem falar nas discussões profundas, capazes de enriquecer os anos de universidade. E acrescenta: "Nenhum aniversário, show, encontro ou festa pode ser desfrutado sem que você se distancie do que está fazendo", para que aqueles no seu mundo virtual saibam instantaneamente como está se divertindo.

De algumas maneiras, as intermináveis horas que os jovens passam olhando fixamente para aparelhos eletrônicos podem ajudá-los a adquirir habilidades cognitivas específicas. Mas há preocupações e questões sobre como essas mesmas horas podem levar a déficits de habilidades emocionais, sociais e cognitivas essenciais.

(Adaptado de: GOLEMAN, Daniel. Foco: a atenção e seu papel fundamental para o sucesso. Trad. Cássia Zanon. Rio de Janeiro, Objetiva, 2013, p. 29-30)

(Técnico Judiciário - TRE/SP - FCC - 2017) Na opinião do autor,

- (A) a constante conexão às máquinas não tem o potencial de contribuir para o desenvolvimento intelectual dos jovens.
- (B) a atenção exagerada que se dá aos meios virtuais tem como efeito o surgimento de problemas na interação social.
- (c) a superficialidade das conversas travadas nas redes sociais é fruto da redução gradual de eventos coletivos.
- (D) o isolamento em um mundo virtual se torna preocupante quando o jovem deixa de frequentar eventos sociais.
- (E) o ambiente virtual tornou-se mais atraente ao jovem na medida em que este se viu inábil para lidar com conflitos reais.

A: incorreta. O autor afirma que há habilidades específicas nas quais os nativos virtuais têm maior rendimento, como o uso dos teclados e "habilidades cognitivas específicas"; B: correta. Esta é a ideia central do primeiro parágrafo do texto e o permeia até o fim; C: incorreta. Segundo o autor, é fruto do abuso da vivência no mundo virtual em detrimento das relações sociais reais; D: incorreta. Isso não pode ser depreendido do texto. Até porque, dele consta que os jovens participam de eventos sociais, porém não o aproveitam integralmente porque precisam publicar no mundo virtual imediatamente como estão se divertindo; E: incorreta. A relação de causa e consequência está errada. A preferência pelo ambiente virtual é natural desta geração e isso causa uma crescente inabilidade de se relacionar no mundo real, segundo o autor.

"8" ofinede2

(Técnico Judiciário – TRE/SP – FCC – 2017) Uma frase redigida em conformidade com as informações do texto é:

- (A) De tanto que tem dificuldade em interpretar as pessoas face a face, o nativo digital é hábil nos teclados.
- (B) A despeito de ser hábil nos teclados, o nativo digital tem dificuldade em interpretar as pessoas face a face.
- (c) Diante da dificuldade em interpretar as pessoas face a face, o nativo digital, portanto, é hábil nos teclados.
- (D) O nativo digital tem dificuldade em interpretar as pessoas face a face, em virtude de ser hábil nos teclados.
- (E) À presunção de ser hábil nos teclados, o nativo digital tem dificuldade em interpretar as pessoas face a face.

A única alternativa que traduz com precisão uma das principais ideias do texto é a letra "B", que deve ser assinalada. Em todas as demais, as conjunções utilizadas alteram o sentido original. HS

Gabarito "B"

A questão abaixo se refere ao texto abaixo.

Trem das onze

Não posso ficar

nem mais um minuto com você

Sinto muito amor

mas não pode ser

Moro em Jaçanã,

Se eu perder esse trem

Que sai agora às onze horas

Só amanhã de manhã.

Além disso, mulher,

Tem outra coisa.

Minha mãe não dorme

Enquanto eu não chegar,

Sou filho único,

Tenho minha casa pra olhar

E eu não posso ficar.

Adoniran Barbosa

(Técnico - TRE/SP - 2012 - FCC) Sou filho único...

O segmento acima expressa, de acordo com o contexto, uma...

- (A) consequência.
- (B) finalidade.
- (C) oposição.
- (D) restrição.
- (E) justificativa.

O motivo pelo qual o eu lírico "não pode ficar" é justificado pelo fato de ser filho único: "Sou filho único, /Tenho minha casa pra olhar / E eu não posso ficar".

Amizade

A amizade é um exercício de limites afetivos em permanente desejo de expansão. Por mais completa que pareça ser uma relação de amizade, ela vive também do que lhe falta e da esperança de que um dia nada venha a faltar. Com o tempo, aprendemos a esperar menos e a nos satisfazer com a finitude dos sentimentos nossos e alheios, embora no fundo de nós ainda esperemos a súbita novidade que o amigo saberá revelar. Sendo um exercício bem-sucedido de tolerância e paciência — amplamente recompensadas, diga-se — a amizade é também a ansiedade e a expectativa de descobrirmos em nós, por intermédio do amigo, uma dimensão desconhecida do nosso ser.

Há quem julgue que cabe ao amigo reconhecer e estimular nossas melhores qualidades. Mas por que não esperar que o valor maior da amizade está em ser ela um necessário e fiel espelho de nossos defeitos? Não é preciso contar com o amigo para conhecermos melhor nossas mais agudas imperfeições? Não cabe ao amigo a sinceridade de quem aponta nossa falha, pela esperança de que venhamos a corrigi-la? Se o nosso adversário aponta nossas faltas no tom destrutivo de uma acusação, o amigo as identifica com lealdade, para que nos compreendamos melhor.

Quando um amigo verdadeiro, por contingência da vida ou imposição da morte, é afastado de nós, ficam dele, em nossa consciência, seus valores, seus juízos, suas percepções. Perguntas como "O que diria ele sobre isso?" ou "O que faria ele com isso?" passam a nos ocorrer: são perspectivas dele que se fixaram e continuam a agir como um parâmetro vivo e importante. As marcas da amizade não desaparecem com a ausência do amigo, nem se enfraquecem como memórias pálidas: continuam a ser referências para o que fazemos e pensamos.

(CALÓGERAS, Bruno, inédito)

(Analista Judiciário – TRE/SP – FCC – 2017) A frase inicial *A amizade é um* exercício de limites afetivos em permanente desejo de expansão deixa ver, no contexto, que em uma relação entre amigos

- (A) os sentimentos mútuos são restritos, devido à desconfiança que sempre estamos a alimentar uns dos outros.
- (B) a afetividade é indispensável, embora alimentemos dentro de nós o desejo de uma plena autossuficiência.
- (c) a afetividade é verdadeira, conquanto se estabeleça em contornos restritivos que gostaríamos de ver eliminados.
- (D) os sentimentos predominantes passam a ser indesejáveis quando se percebe o quanto podem ser falsos.
- (E) a afetividade, aparentemente real, revela-se ilusória, diante dos modelos ideais de afeto que conservamos do nosso passado.

A ideia central do texto é destacar que a amizade é, por definição, restrita a limites impostos pelas pessoas à verdadeira afetividade, mas que, com o tempo, busca-se eliminar esses limites para que os laços de confiança e companheirismo cresçam continuamente.

Gabarito "C"

(Analista Judiciário – TRE/SP – FCC – 2017) Considere as seguintes afirmações

- I. No primeiro parágrafo, há a sugestão de que a tolerância e a paciência, qualidades positivas mas dispensáveis entre amigos verdadeiros, dão lugar à recompensa da incondicionalidade do afeto.
- II. No segundo parágrafo, expressa-se a convicção de que o amigo verdadeiro não apenas releva nossos defeitos como também é capaz de convertê-los em qualidades nossas.
- III. No terceiro parágrafo, considera-se que da ausência ocasional ou definitiva do amigo não resulta que seus valores e seus pontos de vista deixem de atuar dentro de nossa consciência.

Em relação ao texto está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.

(E) III, apenas.

I: incorreta. O autor não afirma que tais qualidades são dispensáveis. Ao contrário, destaca que são parte integrante da amizade; II: incorreta. Não é bem isso que o autor diz. Para ele, cabe ao amigo apontar os defeitos do outro de forma construtiva para que a pessoa mesma seja capaz de mudar e melhorar sua conduta; III: correta. Esta é a ideia central exposta no terceiro parágrafo. HS

Gabarito "E"

De volta à Antártida

A Rússia planeja lançar cinco novos navios de pesquisa polar como parte de um esforço de US\$ 975 milhões para reafirmar a sua presença na Antártida na próxima década. Segundo o blog Science Insider, da revista Science, um documento do governo estabelece uma agenda de prioridades para o continente gelado até 2020. A principal delas é a reconstrução de cinco estações de pesquisa na Antártida, para realizar estudos sobre mudanças climáticas, recursos pesqueiros e navegação por satélite, entre outros. A primeira expedição da extinta União Soviética à Antártida aconteceu em 1955 e, nas três décadas seguintes, a potência comunista construiu sete estações de pesquisa no continente. A Rússia herdou as estações em 1991, após o colapso da União Soviética, mas pouco conseguiu investir em pesquisa polar depois disso. O documento afirma que Moscou deve trabalhar com outras nações para preservar a "paz e a estabilidade" na Antártida, mas salienta que o país tem de se posicionar para tirar vantagem dos recursos naturais caso haja um desmembramento territorial do continente.

(Pesquisa Fapesp, dezembro de 2010, no 178, p. 23)

(Analista – TRE/TO – 2011 – FCC) Em "paz e a estabilidade", na última frase do texto, o emprego das aspas

- (A) indica que esse segmento é transcrição literal do documento do governo russo mencionado no início do texto.
- (B) sugere a desconfiança do autor do artigo com relação aos supostos propósitos da Rússia de manter a paz na Antártida.
- (C) revela ser esse o principal objetivo do governo russo ao reconstruir estações de pesquisa na Antártida que datam do período soviético.
- (D) aponta para o sentido figurado desses vocábulos, que não devem ser entendidos em sentido literal, como o constante dos dicionários.
- (E) justifica-se pela sinonímia existente entre paz e estabilidade, o que torna impensável a existência de uma sem a outra.

Releia o último período: "O documento afirma que Moscou deve trabalhar com outras nações para preservar a "paz e a estabilidade" na Antártida, mas salienta que o país tem de se posicionar para tirar vantagem dos recursos naturais caso haja um desmembramento territorial do continente."

"A" ofineds

(Analista – TRE/TO – 2011 – FCC) Há exemplos de palavras ou expressões empregadas no texto para retomar outras já utilizadas sem repeti-las literalmente, como ocorre em:

- I. o continente gelado a Antártida
- II. Moscou a Rússia
- III. a revista Science o blog Science Insider
- IV. a potência comunista a União Soviética

Atende corretamente ao enunciado da questão o que está em

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

I e III: "na Antártida na próxima década. Segundo o blog Science Insider, da revista Science [o blog é da revista, não se pretende retomar um termo já utilizado], um documento do governo estabelece uma agenda de prioridades para o continente gelado até 2020."; II: "O documento afirma que Moscou deve trabalhar com outras nações"; IV: "A primeira expedição da extinta União Soviética à Antártida aconteceu em 1955 e, nas três décadas seguintes, a potência comunista construiu sete estações de pesquisa no continente."

2. VERBO

(Técnico Judiciário – TRE/SP – FCC – 2017) A forma verbal empregada corretamente está na frase:

- (A) Notam-se a probabilidade de problemas emocionais e de déficits de habilidades sociais.
- (B) Dedica-se ao manejo de aparelhos eletrônicos, desde a mais tenra idade, as criancas de hoje.
- (c) Cercam-se de solidão e isolamento uma vida reclusa ao mundo virtual de atualizações de status.
- (D) Findaram as discussões profundas, com as quais poderia se enriquecer os anos de universidade.
- (E) Interpretam-se, com dificuldade, comportamentos alheios frente a frente, em tempo real.

A: incorreta. O verbo "notar' deveria estar na terceira pessoa do singular para concordar com "probabilidade"; B: incorreta. O verbo "dedicar" concorda com "crianças", portanto deveria estar na terceira pessoa do plural; C: incorreta. O verbo "cercar" concorda com "vida", então deveria estar na terceira pessoa do singular; D: incorreta. O verbo "poder" deveria estar na terceira pessoa do plural ("poderiam") para concordar com "anos"; E: correta. Todas as normas de concordância foram respeitadas.

"3" ofinedes

Atenção: a questão abaixo se refere ao texto seguinte.

No início, o uso em larga escala do petróleo teve um impacto ambiental positivo. Quando o querosene se mostrou mais eficiente e barato para a iluminação, a matança de baleias, que forneciam o óleo dos lampiões e lamparinas, caiu drasticamente. Desde então, descobriram-se mil e uma utilidades para o petróleo. Um site dos EUA chegou a listar quase dois mil produtos de uso cotidiano que não poderiam ser feitos ou teriam custos proibitivos sem o petróleo. Entre eles a aspirina, o capacete de motociclista e o paraquedas.

Portanto, a era do petróleo está ainda muito longe de ser completamente substituída por aquilo que se convencionou chamar de Era do Verde. Em vez de acabar, a cada dia se descobrem novos usos para as fibras sintéticas oriundas do petróleo, novos usos para seus múltiplos elementos químicos, que têm as moléculas quebradas pelo calor para dar origem a outro elemento, a outro produto. A maioria desses usos é nobre, já que eles aumentam o nosso conforto, o nosso bem-estar, a nossa saúde.

O grande problema da indústria petroquímica é ter como insumo básico um bem finito, o petróleo, fato que a torna insustentável no tempo. Além disso, é altamente poluente.

(Manuel Lume. Carta Capital, 27 abr. 2011. pp. 52-55, com adaptações)

(Técnico – TRE/PR – 2012 – FCC) ...que forneciam o óleo dos lampiões e lamparinas, caiu drasticamente. (1º parágrafo)

O emprego das formas verbais grifadas acima indica, respectivamente

- (A) ação contínua no passado e fato consumado.
- (B) hipótese que pode ser comprovada e declaração prolongada no tempo.
- (C) ideia aproximada e fato que acontece habitualmente.
- (D) fato anterior a outro também passado e ação repetida.
- (E) fato terminado e declaração enfática de um fato.

As forma verbal "forneciam" está no pretérito imperfeito do indicativo. Esse tempo verbal indica uma ação passada em relação ao momento em que se fala e, nessa oração, expressa um fato que teve certa continuidade, naquele passado. A forma verbal "caiu" está no pretérito perfeito do indicativo e indica que o fato expresso pelo verbo está concluído.

"A" ofineds D

Atenção: a questão abaixo se refere ao texto seguinte.

Como a Folha era o único veículo que mandava repórteres da sede em São Paulo para todos os comícios e abria generosamente suas páginas para a cobertura da campanha das Diretas, passei a fazer parte da trupe, dar palpites nos discursos, sugerir caminhos para as etapas seguintes. Viajava com os três líderes da campanha em pequenos aviões fretados, e, em alguns lugares, dr. Ulysses – era assim que se referiam a ele – fazia questão de anunciar minha presença

no palanque. Eu sabia que, em outras circunstâncias, essas coisas não pegariam bem para um repórter. Àquela altura, no entanto, não me importava mais com o limite entre as funções do profissional de imprensa e as do militante. Ficava até orgulhoso, para falar a verdade.

Cevado pelas negociações de bastidores no Parlamento, em que tudo devia estar acertado antes de a reunião começar, o incansável Ulysses, que na Constituinte de 1987 passaria horas presidindo a sessão sem levantar sequer para ir ao banheiro, transmudara-se num palanqueiro de primeira. Impunha logo respeito, eu até diria que ele era reverenciado aonde quer que chegasse. A campanha das Diretas não tinha dono, e por isso crescia a cada dia. Mas, embora ele não tivesse sido nomeado, todos sabiam quem era o comandante.

Meu maior problema, além de arrumar um telefone para passar a matéria a tempo de ser publicada, era o medo de avião. "Fica calmo, meu caro jornalista, avião comigo não cai", procurava me tranquilizar dr. Ulysses, com seu jeito formal de falar até em momentos descontraídos. Muitos anos depois, ele morreria num acidente de helicóptero, em Angra dos Reis, no Rio, e seu corpo desapareceria no mar para sempre.

(Fragmento de Ricardo Kotscho. *Do golpe ao Planalto:* uma vida de repórter. São Paulo: Cia. das Letras, 2006. p. 120)

(Técnico – TRE/SP – 2012 – FCC) Muitos anos depois, ele morreria num acidente de helicóptero, em Angra dos Reis, no Rio, e seu corpo desapareceria no mar para sempre.

Com relação aos verbos grifados acima, é correto dizer que o emprego do tempo e modo em que estão conjugados indica...

- (A) ação posterior à época de que se fala.
- (B) incerteza sobre fato passado.
- (C) ação ocorrida antes de outra passada.
- (D) fato que depende de certa condição.
- (E) forma polida de abordar um fato trágico.

As formas verbais "morreria" e "desapareceria" estão conjugadas no futuro do pretérito do indicativo. Analisando o texto, percebe-se que o tempo do discurso é o passado. Veja o último parágrafo: "[dr. Ulysses] procurava me tranquilizar". Naquele passado, no tempo daquele discurso, o autor usa o futuro do pretérito para indicar uma ação que ocorreu posteriormente à época em que o "[dr. Ulysses] o tranquilizou".

A UNBUBU

(Técnico - TRE/SP - 2012 - FCC) ...procurava incorporar à escrita o ritmo da fala

O verbo empregado no texto com a mesma regência do grifado acima está em:

- (A) ... consagrar literariamente o vocabulário usual.
- (B) ... dar estado de literatura aos fatos da civilização moderna.
- (c) No Brasil, ele significou principalmente libertação dos modelos acadêmicos...
- (D) ... que a sua contribuição maior foi a liberdade de criação e expressão.
- (E) ... os modernistas promoveram uma valorização diferente do Jéxico

Assim como o verbo incorporar, o verbo dar é bitransitivo. Esses verbos exigem dois complementos, os objetos direto e indireto. "O ritmo da fala" é o objeto direto do verbo incorporar. Seu objeto indireto é "à escrita". Na alternativa B, o verbo dar tem como objeto direto "estado de literatura" e indireto "aos fatos da civilização moderna".

"B" ofinedsD

(Técnico – TRE/SP – 2012 – FCC) ...João Rubinato, que adotou o nome de um amigo funcionário do Correio...

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:

- (A) ... que já acabou com a garoa...
- (B) ... e produziu uma obra radicalmente brasileira...
- (C) ... a que se sobrepôs à velha cidadezinha provinciana...
- (D) Adoniran Barbosa é um paulista de cerne...
- (E) ... e depois fugir, com ela e conosco, para a terra da poesia...

O verbo grifado ("adotou") é transitivo direto. **A**: incorreta, pois acabar é verbo transitivo indireto, nessa oração; **B**: correta, pois o verbo produzir é transitivo

direto; **C:** incorreta, pois o verbo sobrepor-se é transitivo indireto; **D:** incorreta, pois o verbo ser é predicativo; **E:** incorreta, pois o verbo fugir é intransitivo. "G., oqueqeo

(Técnico Judiciário – TRE/AP – 2011 – FCC) Está corretamente empregada a palavra destacada na frase:

- (A) Constitue uma grande tarefa transportar todo aquele material.
- (B) As pessoas mais conscientes requereram anulação daquele privilégio.
- (C) Os fiscais reteram o material dos artistas.
- (D) Quando ele vir até aqui, trataremos do assunto.
- (E) Se eles porem as pastas na caixa ainda hoje, pode despachá-la imediatamente.

A: constitui; C: retiveram; D: vier; E: puserem.

"Sabanto "B"

Atenção: para responder a questão seguinte, considere o texto abaixo.

Dois amigos conversavam, quando passa uma mulher e cumprimenta um deles, que fala:

- Eu devo muito a essa mulher...
- Por quê? Ela é a sua protetora?
- Não, ela é a costureira da minha esposa.

(http://www.mundodaspiadas.com/; 20/05/2010. Postado por Ricardo em 30/05/2006)

(Técnico Judiciário – TRE/RS – 2010 – FCC) A forma verbal que indica, entre ações simultâneas, a que estava se processando no momento em que sobreveio a outra é...

- (A) conversavam.
- (B) passa.
- (c) cumprimenta.
- (D) devo.
- (E) é.

O verbo *conversar* no pretérito imperfeito do indicativo indica uma ação não acabada, interrompida por outra.

Atenção: Para responder a próxima questão, considere o texto abaixo.

"A" ofinadas

Multidões de mascarados e maquiados com cores alegóricas das nacionalidades envolvidas nas disputas da Copa do Mundo falam por esse meio uma linguagem que simbolicamente quer dizer muito mais do que pode parecer. Trata-se de um ritual cíclico de renovação de identidades nacionais expressas nos ornamentos e paramentos do que

do que pode parecer. Trata-se de um ritual cíclico de renovação de identidades nacionais expressas nos ornamentos e paramentos do que é funcionalmente uma nova religião no vazio contemporâneo. Aqui no Brasil as manifestações simbólicas relacionadas com o futebol e seus significados têm tudo a ver com o modo como entre nós se difundiu a modernidade, nas peculiaridades de nossa história social.

Embora não fosse essa a intenção, rapidamente esse esporte assumiu entre nós funções sociais extrafutebolísticas que se prolongam até nossos dias e respondem por sua imensa popularidade. A República, em que todos se tornaram juridicamente brancos, sucedeu a monarquia segmentada em senhores e escravos, brancos e negros, todos acomodados numa dessas duas identidades. A República criou o brasileiro genérico e abstrato. O advento do futebol entre nós coincidiu com a busca de identidades reais para preencher as incertezas dessa ficção jurídica. Clubes futebolísticos de nacionalidades, de empresas, de bairros, de opções subjetivas disfarçaram as diferenças sociais reais e profundas, sobrepuseram-se a elas e tornaram funcionais os conflitos próprios da nova realidade criada pela abolição da escravatura.

No futebol há espaço para acomodações e inclusões, mesmo porque, sem a diversidade de clubes e sem a competição, o futebol não teria sentido. O receituário da modernidade inclui, justamente, esses detalhes de convivência com a diversidade e com a rotatividade dos que triunfam. Nela, a vida recomeça continuamente; depois da vitória é preciso lutar pela vitória seguinte.

O futebol, essencialmente, massificou e institucionalizou a competição e a concorrência, elevou-as à condição de valores sociais e demonstrou as oportunidades de vitória de cada um no rodízio dos vitoriosos. Nele,